

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – AZÔR, Ana Mafalda Guedes Cabral Courinha Vassalo; VECTORE, Celia. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. Revista Estudos de Psicologia: Campinas, Volume 25, Nº 1, p. 77 – 89, Jan-Mar 2008.

2) Resumo e Palavras-Chave – A pesquisa objetivou conhecer o papel desempenhado pelas famílias de adolescentes ex-abrigados em uma instituição do município de Uberaba (MG), durante o processo de institucionalização/desinstitucionalização que viveram. Participaram do estudo cinco famílias que haviam recuperado a guarda dos filhos. Os materiais utilizados para coleta dos dados foram entrevistas semiestruturadas com o pai ou a mãe dos adolescentes, com os próprios adolescentes e com a diretora do abrigo; fichas de identificação socioeconômica; verificação de livros de registros do abrigo e das pastas arquivadas com informações dos adolescentes; e diários de campo da pesquisa. Os resultados apontaram que as causas que levam ao abrigo são multifatoriais, associadas à pobreza, carência de rede de apoio sócio psicológica para a família, ausência da figura paterna e desestruturação familiar. O período de institucionalização apresentou-se como doloroso para filhos e genitores. O trabalho das instituições envolvidas, o desejo dos adolescentes de sair do abrigo e a reestruturação financeira das famílias foram fatores que auxiliaram no desligamento dos abrigados. Contudo, o estudo evidencia a necessidade de um acompanhamento multiprofissional pós-desligamento.

Palavras-Chave: abrigos; adolescentes; desinstitucionalização; estrutura familiar; família.

3) Objetivo do estudo – O objetivo deste estudo foi conhecer o papel desempenhado pelas famílias de adolescentes ex-abrigados em uma instituição do município de Uberaba, MG, durante o processo de institucionalização/desinstitucionalização que viveram. Para tanto, buscou-se identificar os aspectos que contribuíram para a institucionalização; as alterações ocorridas na estrutura familiar, durante o período de abrigamento da criança/adolescente (todos foram abrigados na infância, porém saíram do abrigo na adolescência e início da vida adulta); os aspectos que contribuíram para reinserção do adolescente na família biológica; e a situação das famílias após a desinstitucionalização do adolescente.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – Não identificado.

6) Forma de coleta de dados – Os instrumentos utilizados no trabalho foram: 1) Análise do livro de registros do abrigo, para a seleção da amostra estudada; 2) Fichas de identificação sócio- econômica dos genitores e adolescentes; 3) Entrevistas semi-estruturadas gravadas em áudio com os adolescentes, contendo dados sobre a situação da família no momento da institucionalização (4) Entrevistas semi-estruturadas gravadas em áudio com os genitores, contendo dados sobre a situação da família no momento da institucionalização, do período de abrigamento e do período pós abrigamento; 5) Pastas arquivadas dos adolescentes, para a confirmação dos dados oriundos das entrevistas (intercorrências no período de abrigamento); 6) Entrevista com diretora da instituição; 7) Diários de campo.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Os dados foram sistematizados e analisados a partir dos referenciais teóricos abordados em diversos tópicos de discussão. Cada resultado analisado foi corroborado por algum autor que confirmava sua hipótese, conforme listado abaixo:

- Aspecto socioeconômico, foram referenciados Weber e Kossobdudzki (1996), Alves (2000) e os dados da pesquisa coordenada por Silva (2004);
- Questões de maus tratos e violência, que resultam no aparecimento das crianças-vítimas, foram utilizados os apontamentos trazidos por Azevedo e Guerra (2000);
- A maternidade precoce como um indicador para a institucionalização é confirmado nos estudos de Oliveira e Flores (1998);
- O despojamento da identidade insere-se na caracterização de “instituição total”, elucidada por Goffman (1987);
- Os indicadores de risco foram analisados a partir do estudo realizado por Antoni e Koller (2000)

8) Resultados / dados produzidos – Nas cinco famílias estudadas, observa-se que o baixo nível socioeconômico foi predominante na deflagração do processo de institucionalização, gerado pela falta de moradia, trabalho, entre outros fatores. Todavia, o aspecto socioeconômico não aparece isolado em nenhuma família, mas reforçado com outros indicadores: maus-tratos, maternidade precoce, comprometimento psíquico, história de vida dos genitores e número elevado de filhos, conforme pode ser comprovado pelo perfil apresentado das famílias. Em relação às reações e sentimentos dos genitores, no momento do abrigamento dos filhos, foi possível constatar, por meio de seus relatos, a vivência de uma experiência extremamente sofrida e difícil. Foi possível observar presença de três aspectos considerados facilitadores no período relativo ao abrigamento dos filhos. São eles:

- a) possibilidade de reestruturação econômica da família;
- b) possibilidade de auxílio dos profissionais vinculados às instituições abrigo, Judiciário e Conselho Tutelar, o que, infelizmente, parece depender da sensibilidade dos profissionais envolvidos, pois não se trata de uma conduta institucionalizada de efetivo apoio às famílias; e
- c) possibilidade de acesso à educação formal ou informal para os filhos, propiciada pela instituição.

9) Recomendações – abaixo:

- A recepção da criança/adolescente no abrigo mais acolhedora e educada. É importante esclarecer-lhe os motivos do abrigamento respeitando o tempo da criança para falar sobre o assunto.
- No momento de dormir, é desejável a presença de um adulto em condições de compreender esse momento e de assumir uma referência segura e firme, por meio de conversas sobre as atividades do dia, orações, histórias, entre outros.
- Sugere-se que o momento das visitas ocorra com uma frequência semanal, no mínimo, e que sejam acompanhadas por profissionais, atentos à interação família/criança, com posteriores intervenções com os genitores, sempre que necessário.
- Deve investir mais no trabalho com a família, visando ao desabrigamento rápido, sempre que possível.
- O abrigo pode e deve favorecer o desenvolvimento da infância e juventude à medida que propicia espaços visando à preservação dos vínculos de irmandade e atendimentos individualizados não psicoterapêuticos.
- A capacitação contínua dos funcionários é imprescindível para viabilizar qualquer projeto institucional. Assim, alternativas como a técnica de Grupos Operativos de Pichon-Riviére (2000), e/ou a utilização de estratégias de mediação em contextos de abrigo, podem ser adequadas para esse perfil de atendimento.

10) Observações e destaques – Os participantes abrigados foram institucionalizados antes dos 6 anos de idade.

- Os adolescentes participantes deste estudo apresentam indicadores de risco. A autora levanta a seguinte questão: Por que alguns, diante de um mesmo contexto, apresentam vulnerabilidade e outros não? Uma das respostas pode ser a constatação de que a existência do indicador de risco não implica necessariamente vulnerabilidade, pois há aspectos inerentes à resiliência individual que protegem o indivíduo de desencadear um distúrbio perante um fator de risco.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.